

**MARIÂNGELA TOMÉ LOPES**

# **Reconhecimento de Pessoas e Coisas**

---

**COLEÇÃO**

**Sistema de Direito e Processo Penal Contemporâneo**

**COORDENAÇÃO**

**Guilherme Madeira Dezem**

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

*Diretor de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

*Analista de Conteúdo Editorial Júnior:* Ana Carolina Francisco

*Estagiária:* Aline Pavanelli

*Produção Editorial e Equipe de Conteúdo Digital*

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Jéssica Viana Bezerra

*Analistas de Operações Editoriais:* Danielle Castro de Moraes, Mariana Piastino Andrade e Patrícia Melhado Navarra

*Analistas de Qualidade Editorial e ProView:* Ana Paula Cavalcanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Carolina Ferreira, Maria Cristina Lopes Araujo, Rodrigo Araujo e Victória Menezes Pereira

*Estagiários:* Michele Kwan e Thabata Flausino de Almeida

*Capa:* Ariel Villalba e Cinthia Riveros

*Líder de Inovações de Conteúdo para Print*

**CAMILLA FUREGATO DA SILVA**

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Ana Paula de Araújo Evangelista e Jéssica Maria Ferreira Bueno

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Lopes, Mariângela Tomé  
Reconhecimento de pessoas e coisas / Mariângela Tomé Lopes;  
coordenação Guilherme Madeira Dezem. -- São Paulo : Thomson Reuters  
Brasil, 2023. -- (Coleção sistema de direito e processo penal contemporâneo;

Bibliografia.  
ISBN 978-65-260-1985-6

1. Direito processual penal - Brasil I. Dezem, Guilherme Madeira. II.  
Título. III. Série.

23-170883

CDU-343.1(81)

---

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Direito processual penal 343.1(81)  
Aline Craziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	5
INTRODUÇÃO .....	15
<b>1. ASPECTOS ESSENCIAIS DA TEORIA GERAL DAS PROVAS .....</b>	<b>19</b>
1. Noções gerais sobre provas .....	19
1.1. Da epistemologia probatória e o reconhecimento. Do raciocínio probatório .....	24
2. Dos princípios e das garantias constitucionais e o estudo das provas.....	29
2.1. Garantia do devido processo legal .....	30
2.2. Princípio da imparcialidade do Juiz.....	31
2.3. Princípio da liberdade probatória .....	32
2.4. Garantia do livre convencimento motivado .....	33
2.5. Garantia do contraditório.....	34
2.6. Garantia da ampla defesa.....	36
2.7. Princípio do <i>nemo tenetur se detegere</i> .....	36
3. Meios de prova e meios de investigação típicos e atípicos .....	37
4. Meios de prova anômalos, irrituais e inominados .....	39
5. Provas antecipadas, cautelares e irrepetíveis.....	40
6. Procedimento probatório: eficiência e garantismo.....	43
7. Necessidade de um procedimento na produção probatória. Meios de prova típicos e atípicos .....	45
8. Conceitos de eficiência, eficácia e efetividade .....	47
<b>2. ASPECTOS GERAIS DO RECONHECIMENTO .....</b>	<b>51</b>
1. Conceito .....	51
1.1. Das diversas acepções da palavra reconhecimento .....	53
1.2. Das espécies de reconhecimento .....	54
1.2.1. Do reconhecimento de pessoas .....	55
1.2.1.1. Do reconhecimento visual e presencial de pessoas .....	55

	1.2.1.2.	Do reconhecimento visual e não presencial (ou por imagem) de pessoas .....	56
	1.2.1.3.	Do reconhecimento auditivo de pessoas por voz.....	56
	1.2.2.	Do reconhecimento de coisas.....	56
2.		Finalidade da identificação e sua relação com o reconhecimento .....	57
	2.1.	Dos diferentes meios de identificação: atos de identificação.....	58
3.		Natureza jurídica do reconhecimento.....	60
	3.1.	Meio de prova. Origem na prova testemunhal.....	60
	3.2.	Meio de prova irrepetível.....	61
	3.3.	Meio de prova urgente.....	63
4.		Sujeitos do reconhecimento .....	64
	4.1.	Sujeito ativo do reconhecimento: o reconhecedor.....	64
		4.1.1. Da figura do reconhecedor-testemunha .....	65
		4.1.2. Da figura do reconhecedor coimputado .....	66
	4.2.	Sujeito passivo do reconhecimento .....	67
	4.3.	Sujeito de comparação .....	67
	4.4.	Sujeitos processuais no reconhecimento: Juiz, defesa e acusação.....	68
5.		Momento do reconhecimento e a influência da memória .....	68
	5.1.	Importância do estudo da memória no processo penal.....	70
	5.2.	Funcionamento e distúrbios da memória.....	75
	5.3.	Influência do estado psicológico na memória.....	77
	5.4.	Influência do tempo na memória: surgimento de falsas memórias e esquecimento .....	79
	5.5.	A influência da memória na prova testemunhal e no reconhecimento e as suas diferenças. ....	82
	5.6.	Diferença no armazenamento de informações pela memória visual e auditiva.....	86
	5.7.	Efeitos no tempo na alteração das características físicas da pessoa a ser reconhecida.....	87
	5.8.	Recomendações da Psicologia do Testemunho para se realizar um reconhecimento efetivo.....	88
6.		Fases do reconhecimento .....	93
	6.1.	Primeira fase do reconhecimento presencial: indicação das características pelo reconhecedor.....	94
	6.2.	Segunda fase do reconhecimento presencial: colocação de pessoas semelhantes .....	99

6.3.	Terceira fase do reconhecimento presencial: indicação da pessoa ou coisa pelo reconhecedor .....	102
6.4.	Quarta fase do reconhecimento presencial: elaboração do auto...	103
7.	Resultados do reconhecimento .....	105
<b>3.</b>	<b>QUESTÕES CONTROVERSAS ACERCA DO RECONHECIMENTO .....</b>	<b>107</b>
1.	O reconhecimento e o princípio do <i>nemo tenetur se detegere</i> .....	108
1.1.	Conceito do <i>nemo tenetur se detegere</i> .....	108
1.2.	O <i>nemo tenetur se detegere</i> no ordenamento jurídico brasileiro ....	108
1.3.	Relação do <i>nemo tenetur se detegere</i> com outros princípios .....	109
1.4.	<i>Nemo tenetur se detegere</i> e as provas que dependem da cooperação do acusado .....	110
1.5.	<i>Nemo tenetur se detegere</i> e a possibilidade de sua restrição .....	112
1.6.	<i>Nemo tenetur se detegere</i> e o reconhecimento .....	114
1.7.	<i>Nemo tenetur se detegere</i> e a obrigação de o corréu servir como sujeito ativo do reconhecimento .....	117
1.8.	<i>Nemo tenetur se detegere</i> e o reconhecimento no direito estrangeiro .....	119
1.9.	<i>Nemo tenetur se detegere</i> e o reconhecimento pessoal auditivo por meio de voz .....	121
2.	Reconhecimento fotográfico. Efetividade. Meio de prova atípico como alternativa à negativa ao reconhecimento presencial .....	124
3.	Reconhecimento como meio de prova irrepitível e o procedimento a ser respeitado .....	128
4.	Meio de prova urgente. Incidente probatório. Produção antecipada de prova .....	138
5.	Do reconhecimento em audiência. Prova testemunhal, atípica ou irrispetiva? .....	144
6.	A prática policial do álbum de fotografias .....	153
6.1.	Diferenças entre a identificação por álbum de fotos e o reconhecimento pessoal e visual por meio de fotografia .....	158
6.2.	Críticas à utilização do álbum de fotografias .....	160
7.	Do reconhecimento por videoconferência .....	162
7.1.	Conceito de videoconferência .....	163
7.2.	Dos benefícios da videoconferência .....	164
7.3.	Questões relacionadas à videoconferência: perda de contato pessoal e problemas técnicos .....	165
7.4.	Pressupostos da videoconferência .....	166
7.5.	Da realização do reconhecimento por videoconferência .....	166

8.	Desrespeito ao rito do reconhecimento: hipótese de nulidade .....	168
8.1.	Aspectos gerais das nulidades .....	168
8.2.	Efeitos da decretação de nulidade.....	170
8.3.	Desrespeito ao procedimento previsto para o reconhecimento. Não se trata de mera recomendação. Hipótese clara de nulidade.....	172
9.	O rito legal não é mera recomendação. Obrigação de cumprimento .....	177
10.	Valor probatório do reconhecimento .....	182
10.1.	Valor probatório do reconhecimento pessoal visual e presencial .....	182
10.2.	Valor probatório do reconhecimento pessoal visual e por fotografia .....	190
10.3.	Valoração do reconhecimento pessoal auditivo por meio de voz .....	191
4.	<b>DO RECONHECIMENTO NO DIREITO ESTRANGEIRO</b> .....	195
1.	Reconhecimento de pessoas no Direito estrangeiro .....	195
1.1.	Autoridade competente para realizar o reconhecimento .....	197
1.2.	Momento de realização do reconhecimento .....	198
1.3.	Realização antecipada do reconhecimento .....	203
1.4.	Procedimento e fases do reconhecimento.....	204
2.	Outras formas de se realizar o reconhecimento de pessoas .....	213
2.1.	Reconhecimento pessoal e visual por meio de fotografia .....	214
2.1.1.	Natureza jurídica do reconhecimento por meio de fotografia.....	217
2.1.2.	Autoridade competente para a realização .....	218
2.1.3.	Reconhecimento fotográfico e o caráter subsidiário .....	218
2.1.4.	Procedimento para a realização do reconhecimento pessoal por fotografia .....	221
2.1.5.	Procedimento para o reconhecimento fotográfico na Argentina .....	222
2.1.6.	Da individualização por imagem do Direito italiano ....	223
2.1.7.	Necessária realização de reconhecimento presencial após o reconhecimento fotográfico .....	226
3.	Reconhecimento pessoal auditivo por meio de voz.....	227
3.1.	A voz como elemento identificador .....	228
3.2.	Natureza jurídica.....	229
3.3.	Identificação de voz por perícia.....	230
3.4.	Procedimento do reconhecimento de voz .....	231

4.	Reconhecimento de coisas.....	232
4.1.	Conceito de objeto .....	233
4.2.	Natureza jurídica.....	235
4.3.	Procedimento.....	235
5.	Da <i>identification parade</i> do Direito inglês.....	237
5.	<b>DO RECONHECIMENTO NO DIREITO BRASILEIRO</b> .....	239
1.	História da legislação processual penal brasileira .....	240
1.1.	O reconhecimento e o Código de Processo Criminal de 1832 ...	243
1.2.	Reconhecimento de pessoas e coisas no Código de Processo Penal de 1941 – Artigos 226 a 228.....	243
2.	Tratamento do reconhecimento no Código de Processo Penal brasileiro.....	244
2.1.	Momento para a realização do reconhecimento no Direito brasileiro .....	244
2.2.	Reconhecimento como meio de prova.....	247
2.3.	Mudança jurisprudencial e a Resolução 484, de 2022, do Conselho Nacional de Justiça. Necessário respeito ao procedimento e busca de critérios epistemológicos.....	247
2.4.	Procedimento para a realização do reconhecimento na lei brasileira .....	255
2.4.1.	Realização do reconhecimento somente quando necessário .....	256
2.4.2.	Primeira fase do reconhecimento no Direito brasileiro .....	257
2.4.3.	Segunda e terceira fases do reconhecimento.....	260
2.4.4.	Quarta fase do reconhecimento.....	263
2.4.5.	Possibilidade de que a pessoa a ser reconhecida não veja o reconhecedor .....	265
2.4.6.	Reconhecimento em separado em caso de vários reconhecedores.....	267
2.4.7.	Reconhecimento de objetos .....	267
3.	Previsão do reconhecimento no Projeto de Lei do Senado, PLS n.º 156 de 2009.....	269
4.	Proposta de alteração legislativa apresentada no Relatório do Grupo de Trabalho “Reconhecimento”, criado em 2020 pelo Conselho Nacional de Justiça.....	272
5.	Da necessidade de reformulação do tratamento dado ao reconhecimento no Direito brasileiro.....	276
5.1.	Da necessidade de reformulação do artigo 155 do Código de Processo Penal.....	277

5.2.	Da necessária previsão de que o reconhecimento seja produzido uma única vez: irrepetibilidade do meio de prova .....	280
5.3.	Da necessária previsão de o reconhecimento ocorrer, preferencialmente, na fase de investigação, respeitando o procedimento para produção de meios de prova antecipada .....	283
5.4.	Da necessária reformulação do dispositivo que propõe o reconhecimento durante a audiência .....	286
5.5.	Da necessidade de previsão de um procedimento para os reconhecimentos atípicos. Analogia ao procedimento do reconhecimento visual e presencial.....	288
5.6.	Previsão de utilização de outras formas de identificação somente de maneira subsidiária.....	289
5.7.	Da previsão da condução coercitiva.....	290
5.8.	Da previsão de nulidade para os reconhecimentos realizados em desrespeito ao procedimento legal.....	290
5.9.	Da necessária reformulação do dispositivo que trata da primeira fase.....	291
5.10.	Da necessária reformulação do dispositivo que trata da segunda fase .....	293
CONCLUSÕES .....		295
BIBLIOGRAFIA .....		303